

# Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora-Rio S.A. – CONKER

Relatório sobre a revisão do auditor independente sobre as  
informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2025

Ref.: Relatório nº 2557U-065-PB



# Índice

	<b>Página</b>
Relatório sobre a revisão das informações contábeis intermediárias	3
Informações contábeis intermediárias	5
Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias para o período findo em <b>31</b> de março de <b>2025</b>	12

# Relatório sobre a revisão das informações contábeis intermediárias

---

**Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.**

Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 -  
12º andar, Itaim Bibi - São Paulo (SP)  
Brasil  
T +55 11 3886-5100  
[www.grantthornton.com.br](http://www.grantthornton.com.br)

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da  
**Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora-Rio S.A. – CONCER**  
Duque de Caxias – RJ

## Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora-Rio S.A. – CONCER (Companhia) referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2025, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com a NBC TG 21 (R4) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

## Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações contábeis intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). A revisão de informações contábeis intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

## Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de informações contábeis intermediárias.

## Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos atenção para a Nota Explicativa nº 1, que descreve que as informações contábeis intermediárias da Companhia foram elaboradas no pressuposto de continuidade operacional. Adicionalmente, informa que, em 31 de março de 2025, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 161.778 mil, patrimônio líquido negativo no montante de R\$ 83.944 mil, prejuízos acumulados no montante de R\$ 393.515 mil e prejuízo do período no montante de R\$ 3.618 mil. Os planos da Administração para a manutenção da continuidade operacional da Companhia e o reestabelecimento de sua posição patrimonial estão descritos na Nota Explicativa nº 1 e foram elaborados no pressuposto de readequação do contrato de concessão acompanhando os processos judiciais em andamento até que haja uma definição sobre um novo concessionário ou mudanças no cenário jurídico, mesmo após a publicação do edital em 20 de janeiro de 2025 (conforme descrito nas Notas Explicativas nºs 1, 7, 8 e 20). Esses eventos e condições indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. As informações contábeis intermediárias referentes ao período de 3 meses findo em 31 de março de 2025 não incluem nenhum ajuste com relação à esta incerteza.

## Outros assuntos

### Demonstração do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2024, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IAS 34.

Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações contábeis intermediárias, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 08 de maio de 2025

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP-025.583/O-1



Thiago Bragatto  
Contador CRC 1SP-234.100/O-4

# COMPANHIA DE CONCESSÃO RODOVIÁRIA JUIZ DE FORA - RIO - CONCOR

## Balancos patrimoniais

Em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

Ativo	Notas	31/03/2025	31/12/2024
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	899	632
Banco c/ vinculada	4	7.121	-
Contas a receber	5	22.509	23.987
Partes relacionadas	10	8.830	4.646
Adiantamento a fornecedores		32	47
Impostos a recuperar	6	8.070	7.868
Despesas antecipadas	7	7.842	2.748
Outros valores a receber		1.470	1.687
		<u>56.773</u>	<u>41.615</u>
<b>Não circulante</b>			
Contas a receber	5	409	409
Depósitos judiciais	13	2.115	2.115
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12.a	11.341	9.277
Imobilizado		1.951	1.969
Intangível	8	126.417	155.550
Ativo de direito de uso		534	673
		<u>142.767</u>	<u>169.993</u>
<b>Total do ativo</b>		<u><u>199.540</u></u>	<u><u>211.608</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

# COMPANHIA DE CONCESSÃO RODOVIÁRIA JUIZ DE FORA - RIO - CONCOR

## Balancos patrimoniais

Em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

### Passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)

	Notas	31/03/2025	31/12/2024
<b>Circulante</b>			
Fornecedores		25.317	25.407
Empréstimos e financiamentos	9	51.616	72.346
Partes relacionadas	10	89.121	92.467
Salários, provisões e encargos sociais		13.521	12.136
Impostos, taxas e contribuições	11	13.086	10.865
Arrendamento mercantil		475	575
Outras obrigações	14	25.415	8.756
		<u>218.551</u>	<u>222.552</u>
<b>Não circulante</b>			
Impostos, taxas e contribuições	11	16.090	17.032
Provisões para riscos judiciais	13	48.346	51.787
Arrendamento mercantil		-	39
Outras obrigações	14	497	524
		<u>64.933</u>	<u>69.382</u>
<b>Patrimônio líquido (passivo a descoberto)</b>	15		
Capital social		309.571	309.571
Prejuízos acumulados		(393.515)	(389.897)
		<u>(83.944)</u>	<u>(80.326)</u>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<u>199.540</u>	<u>211.608</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

# COMPANHIA DE CONCESSÃO RODOVIÁRIA JUIZ DE FORA - RIO - CONCOR

## Demonstrações do resultado intermediárias

Períodos de três meses findos em 31 de março de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	31/03/2025	31/03/2024
Receita operacional líquida	16	88.526	88.375
Amortização de intangível		(31.712)	(28.112)
Custo de construção		(2.579)	(4.924)
Operação de rodovias		(13.455)	(12.285)
Custos com pessoal		(8.249)	(8.774)
Manutenção e conservação		(4.799)	(5.049)
Gastos subsidiária KM 81		(412)	(621)
Total custo dos serviços prestados	17	(61.206)	(59.765)
Lucro bruto		27.320	28.610
Gerais e administrativas		(14.301)	(12.233)
Depreciação do imobilizado		(103)	(101)
Depreciação do arrendamento mercantil		(140)	(144)
Despesas com pessoal		(3.865)	(3.379)
Outras receitas/despesas operacionais		(5.711)	181
Total das despesas gerais e administrativas	17	(24.120)	(15.676)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		3.200	12.934
Resultado financeiro	18		
Receitas financeiras		89	7
Despesas financeiras		(8.583)	(744)
		(8.494)	(737)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		(5.294)	12.197
Imposto de renda e contribuição social	12.b		
Corrente		(388)	(5.326)
Diferido		2.064	3.448
		1.676	(1.878)
Lucro líquido (prejuízo) do período		(3.618)	10.319
Quantidade de ações (lotes de mil)	15.a	24.206	24.206
Lucro (prejuízo) por ação (R\$)		(0,15)	0,43

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

# COMPANHIA DE CONCESSÃO RODOVIÁRIA JUIZ DE FORA - RIO - CONCOR

Demonstrações do resultado abrangente intermediárias  
Períodos de três meses findos em 31 de março de 2025 e 2024  
(Valores expressos em milhares de reais)

---

	31/03/2025	31/03/2024
Lucro líquido (prejuízo) do período	(3.618)	10.319
Outros resultados abrangentes	-	-
Total dos resultados abrangentes	<u>(3.618)</u>	<u>10.319</u>

---

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

---

# COMPANHIA DE CONCESSÃO RODOVIÁRIA JUIZ DE FORA - RIO - CONKER

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido intermediárias (passivo a descoberto)

Períodos de três meses findos em 31 de março de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Capital Social</u>	<u>Capital a integralizar</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total do Patrimônio líquido (passivo a descoberto)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2023	311.606	(2.035)	(294.772)	14.799
Lucro líquido do período	-	-	10.319	10.319
Saldos em 31 de março de 2024	<u>311.606</u>	<u>(2.035)</u>	<u>(284.453)</u>	<u>25.118</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2024	311.606	(2.035)	(389.897)	(80.326)
Prejuízo do período	-	-	(3.618)	(3.618)
Saldos em 31 de março de 2025	<u>311.606</u>	<u>(2.035)</u>	<u>(393.515)</u>	<u>(83.944)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

# COMPANHIA DE CONCESSÃO RODOVIÁRIA JUIZ DE FORA - RIO - CONCOR

## Demonstrações dos fluxos de caixa intermediárias Períodos de três meses findos em 31 de março de 2025 e 2024 (Valores expressos em milhares de reais)

	31/03/2025	31/03/2024
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
Lucro (prejuízo) do período antes do imposto de renda e contribuição social	(5.294)	12.197
Ajustes ao resultado que não afetaram o caixa		
Amortização e depreciação	31.955	28.357
Apropriação de juros de mútuo e financiamentos	4.139	(864)
Apropriação de juros de outras obrigações	1.064	561
Reversão de provisão para riscos judiciais	(3.441)	(153)
Utilização de IR e CS diferidos para baixa de parcelamento	-	5.196
<b>Varição em ativos e passivos operacionais</b>		
<b>Aumento líquido/(diminuição) dos ativos</b>		
Contas a receber de clientes	1.477	(2.738)
Impostos a recuperar	(202)	326
Despesas antecipadas	(5.094)	(6.935)
Outros valores a receber	233	(416)
Depósitos judiciais	-	(1)
Banco c/vinculada	(7.121)	-
<b>Aumento líquido/(diminuição) dos passivos</b>		
Fornecedores	(90)	(3.593)
Salários, provisões e encargos sociais	1.386	1.485
Impostos, taxas e contribuições	892	(4.267)
Adiantamentos de clientes e outras contas a pagar	15.566	4.167
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>35.470</b>	<b>33.322</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>		
Aquisição de bens do intangível e imobilizado	(2.666)	(5.105)
<b>Caixa líquido (consumido) nas atividades de investimento</b>	<b>(2.666)</b>	<b>(5.105)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>		
Contas a pagar companhias ligadas	(4.907)	(4.258)
Contas a receber companhias ligadas	(4.184)	(809)
Pagamentos de arrendamento mercantil	(139)	(149)
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(23.025)	(22.714)
Juros pagos sobre empréstimos	(282)	(542)
<b>Caixa líquido (consumido) nas atividades de financiamento</b>	<b>(32.537)</b>	<b>(28.472)</b>
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>267</b>	<b>(255)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	632	1.848
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	899	1.593
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>267</b>	<b>(255)</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

# COMPANHIA DE CONCESSÃO RODOVIÁRIA JUIZ DE FORA - RIO - CONCOR

## Demonstrações do valor adicionado intermediárias – informação suplementar

Períodos de três meses findos em 31 de março de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	31/03/2025	31/03/2024
Receitas	96.804	96.306
Receitas de pedágio	92.538	90.318
Receitas de construção	2.579	4.924
Outras receitas	1.687	1.064
Insumos adquiridos de terceiros	(40.516)	(34.158)
Custo dos serviços prestados	(8.331)	(8.951)
Custo de construção	(2.579)	(4.924)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(29.606)	(20.283)
Valor adicionado bruto	56.288	62.148
Amortização e depreciação	(31.955)	(28.357)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	24.333	33.791
Valor adicionado recebido em transferência	89	6
Receitas financeiras	89	6
Valor adicionado total a distribuir	24.422	33.797
Distribuição do valor adicionado	24.422	33.797
Remuneração do trabalho (salários e encargos)	10.583	10.665
Remuneração do governo (impostos, taxas e contribuições)	8.143	11.384
Remuneração do capital de terceiros (juros e aluguéis)	9.314	1.429
Remuneração do capital próprio (lucro (prejuízo) do período)	(3.618)	10.319

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

## 1. Contexto operacional

A Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora-Rio S.A. (Concer) foi criada em 16 de outubro de 1995, e seu objetivo é a administração e operação da rodovia BR-040, no trecho que liga Juiz de Fora ao Rio de Janeiro. A concessão iniciou-se em 1º de março de 1996, com duração de 25 anos. A sede da Companhia está situada em Duque de Caxias, RJ.

O contrato de concessão é regulamentado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), que possui a autoridade para realizar alterações unilaterais nas cláusulas do contrato para atender ao interesse público, além de fiscalizar e aplicar sanções pela não execução do serviço. Alterações nas cláusulas econômicas e financeiras do contrato requerem a concordância da Concessionária para que a equação financeira original se mantenha.

A concessão pode ser encerrada por diversos motivos, incluindo o término do prazo estipulado, encampação, caducidade, rescisão, anulação, falência ou extinção da Concessionária.

Extinta a concessão, reverterem à ANTT todos os bens transferidos para a Administração da Concessionária, os bens reversíveis incorporados à rodovia durante a concessão e os direitos e privilégios decorrentes da concessão, livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou encargos, inclusive sociais trabalhistas e cessam, para a Concessionária, todos os direitos emergentes do contrato.

A principal fonte de receita provém da arrecadação de pedágio, que é reajustada anualmente. Além disso, a Companhia pode explorar outras fontes de receita relacionadas à rodovia, suas áreas adjacentes e serviços, desde que tenha a autorização prévia da ANTT. Em caso de extinção, a Concessionária será indenizada pelo valor contábil dos investimentos incorporados à concessão.

### 1.1. 12º Termo Aditivo e recomposição do equilíbrio econômico do Contrato

Em 30 de abril de 2014, foi firmado junto ao Poder Concedente o 12º Termo Aditivo, tendo como objeto a inclusão de novos investimentos em complementação à verba já inicialmente prevista para a execução das obras da Nova Subida da Serra de Petrópolis ("NSS"), constante do Programa de Exploração da Rodovia ("PER"), e dispor sobre a modalidade de reequilíbrio econômico-financeiro mediante aportes de recursos do Poder Concedente por meio da ANTT ou, em caso de não realização de maneira tempestiva e adequada desses, por meio de extensão do prazo do contrato de concessão, conforme disposto na cláusula 2.4. do 12º Termo Aditivo.

Como metodologia de recomposição da equação econômico-financeira da Concessão, o 12º Termo Aditivo determina o aporte direto de recursos pela União por meio da ANTT, sendo fixados os montantes de cada um dos aportes, bem como as datas para sua realização.

De maneira alternativa e em caso de inadimplemento da obrigação financeira a cargo da União, o 12º Termo Aditivo estabelece o reequilíbrio por meio de extensão de prazo contratual (até dezessete anos e meio), conforme parâmetros fixados no referido termo de aditamento.

Até a presente data, os aportes pactuados no 12º Termo Aditivo não foram materialmente honrados. Em consequência do inadimplemento da União, a obra da NSS encontra-se paralisada desde agosto de 2016, ainda sem previsão de retomada.

Em 24 de fevereiro de 2025, o Tribunal Regional Federal da 2ª Região decidiu favoravelmente à Companhia em três Ações Cíveis Públicas movidas pelo Ministério Público Federal, reformando a sentença de primeira instância e afastando as condenações anteriores. A decisão reconheceu a validade do projeto executivo das obras da Nova Subida da Serra, a legitimidade de ajustes e revisões no contrato de concessão de rodovias, a possibilidade de adaptação do contrato de concessão e que a prorrogação da concessão visa a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, sem configurar renovação de outorga, evitando tarifas elevadas. Tal decisão permanece válida, apesar da realização do leilão em 30 de abril de 2025, conforme apresentado na Nota Explicativa nº 23 (eventos subsequentes).

Dessa forma, a Concer segue adotando todas as medidas para garantir a devida compensação pelos investimentos realizados e os direitos assegurados no contrato de concessão e no 12º Termo Aditivo, já reconhecidos em diversas decisões judiciais favoráveis e mensuradas em perícia econômica e contábil.

## 1.2 Teste de recuperabilidade dos ativos de longo prazo

Para a realização do estudo de recuperabilidade do ativo de longo prazo, a Companhia considerou, em sua modelagem, a previsão de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro por meio da extensão do prazo de concessão de 65 meses a partir do prazo original da concessão, finalizando em fevereiro de 2026. O estudo não identificou a necessidade de baixa do ativo intangível referente à provisão para perdas de recuperabilidade de investimentos. O mesmo estudo indicou, porém, a impossibilidade de realização de parte dos ativos fiscais diferidos, relacionados a prejuízos fiscais e provisões para contingências, resultando na baixa de R\$ 28.132 no imposto diferido em dezembro de 2024.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias

Para o período findo em 31 de março de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

### 1.3 Plano de continuidade operacional

Em 31 de março de 2025, a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 161.778, passivo descoberto de R\$ 83.944 e prejuízo do período totaliza em R\$ 3.618.

O capital circulante líquido negativo é reflexo do inadimplemento dos aportes previstos no 12º Termo Aditivo ao Contrato e Concessão, principalmente decorrentes da assunção das dívidas sub-rogada pelos acionistas, avalistas das operações e do financiamento obtido junto ao BNDES, que serviram para realização dos investimentos para implantação da Nova Subida da Serra de Petrópolis (NSS).

A Administração trabalha tempestiva e assertivamente para garantir a recomposição do equilíbrio econômico e financeiro do Contrato de Concessão e, com base nas evidências disponíveis e no entendimento atual das normas contábeis, mantém a premissa de continuidade operacional até que sejam cumpridas todas as obrigações previstas no contrato de concessão, que haja uma definição sobre a transição para o novo concessionário ou uma mudança relevante no cenário jurídico.

## 2. Base para preparação e apresentação das informações contábeis intermediárias

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das Informações contábeis intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

As informações contábeis intermediárias do período findo em 31 de março de 2025 foram aprovadas, autorizadas e concluídas pela diretoria em 08 de maio de 2025.

As informações contábeis intermediárias da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e em vigor em 31 de março de 2025, as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas com base em diversas estimativas contábeis, apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, conforme julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas informações contábeis Intermediárias. Itens significativos sujeitos a estimativas incluem: a seleção de vidas úteis do ativo intangível e de sua recuperabilidade nas operações, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

## COMPANHIA DE CONCESSÃO RODOVIÁRIA JUIZ DE FORA RIO - CON CER

### Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias

Para o período findo em 31 de março de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas informações contábeis intermediárias devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

Na elaboração das informações contábeis intermediárias foram adotados os princípios e práticas contábeis consistentes com os divulgados nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2024 da Companhia, aprovadas em 26 de março de 2025.

Essas informações contábeis intermediárias devem ser analisadas em conjunto com as Informações contábeis acima mencionadas, para a melhor compreensão das informações apresentadas.

### 3. Caixa e equivalentes de caixa

	31/03/2025	31/12/2024
Caixa e bancos	365	625
Certificado de Depósitos Bancários – CDB (i)	534	7
Total	899	632

(i) Rentabilidade das aplicações em fundo de investimentos em 31.03.2025 de 9,77% ao ano (31.12.2024 – 9,38% ao ano).

### 4. Banco c/ vinculada

	31/03/2025	31/12/2024
Aplicação financeira c/vinculada (i)	6.867	-
Banco c/ vinculada	254	-
Total	7.121	-

(i) Rentabilidade de 95% do CDI (31.12.2024 – não houve aplicação).

Em razão do acordo firmado com o BNDES em dezembro de 2024, foi estabelecida uma conta centralizadora como garantia para a operação, na qual 27% da receita da Companhia será retida para o cumprimento das condições acordadas. O valor retido fica em conta de aplicação financeira vinculada, cujos rendimentos são primeiramente destinados ao pagamento da dívida e liberados para a conta de livre movimentação após cumpridas todas as obrigações com o credor.

## COMPANHIA DE CONCESSÃO RODOVIÁRIA JUIZ DE FORA RIO - CON CER

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias

Para o período findo em 31 de março de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 5. Contas a receber

	31/03/2025	31/12/2024
Via Fácil	14.505	14.812
Move Mais	314	246
Conectcar	3.439	3.646
Dbtrans	5	136
Uso da Faixa de domínio	54	28
Visa	58	120
Greenpass Tecnologia	1.823	2.360
Veloe	2.194	2.498
Cervejaria Petrópolis	409	409
Outros	117	141
<b>Total</b>	<b>22.918</b>	<b>24.396</b>
Circulante	22.509	23.987
Não circulante	409	409

Os recursos referem-se as operações de cartões de pedágio, denominados como moeda eletrônica. O prazo médio de recebimento é de 30 dias, havendo a possibilidade de antecipação conforme necessidade da Companhia, mediante taxa de desconto acordada com as operadoras.

Em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024, os vencimentos apresentam a seguinte composição:

	31/03/2025	31/12/2024
A vencer em 30 dias	21.630	23.722
A vencer em 60 dias	807	55
Vencidos	72	409
Vencidos acima de 360 dias (*)	409	210
<b>Total</b>	<b>22.918</b>	<b>24.396</b>

(\*) Refere-se a receita acessória de cliente incluído no Plano de Recuperação Judicial, reclassificado montante para o ativo não circulante.

### 6. Impostos a recuperar

	31/03/2025	31/12/2024
Saldo negativo IRPJ (*)	5.659	5.659
Saldo negativo CSLL (*)	2.041	2.041
IR e CS a recuperar	342	151
Outros	28	17
<b>Total</b>	<b>8.070</b>	<b>7.868</b>

(\*) Os valores serão compensados tão logo estejam elegíveis.

## COMPANHIA DE CONCESSÃO RODOVIÁRIA JUIZ DE FORA RIO - CON CER

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias

Para o período findo em 31 de março de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 7. Despesas antecipadas

	31/03/2025	31/12/2024
Seguros a apropriar (*)	6.717	1.736
Carta fiança a apropriar	611	625
Outros	514	387
<b>Total</b>	<b>7.842</b>	<b>2.748</b>

(\*) O aumento se refere a renovação das apólices dos seguros.

### 8. Intangível

	Intangível			Total
	Recuperação, operação e melhoramentos de rodovias	Outros Investimentos	NSS	
<b>Aquisições</b>				
Saldo em 31/12/2023	1.398.282	13.008	829.371	2.240.661
Aquisições	4.028	-	896	4.924
<b>Saldo em 31/03/2024</b>	<b>1.402.310</b>	<b>13.008</b>	<b>830.267</b>	<b>2.245.585</b>
<b>Saldo em 31/12/2024</b>	<b>1.423.935</b>	<b>13.008</b>	<b>831.280</b>	<b>2.268.223</b>
Aquisições	2.579	-	-	2.579
<b>Saldo em 31/03/2025</b>	<b>1.426.514</b>	<b>13.008</b>	<b>831.280</b>	<b>2.270.802</b>
<b>Amortização</b>				
Saldo em 31/12/2023	(1.378.880)	(13.002)	(599.344)	(1.991.226)
Amortização	(2.355)	-	(25.757)	(28.112)
<b>Saldo em 31/03/2024</b>	<b>(1.381.235)</b>	<b>(13.002)</b>	<b>(625.101)</b>	<b>(2.019.338)</b>
<b>Saldo em 31/12/2024</b>	<b>(1.394.501)</b>	<b>(13.004)</b>	<b>(705.168)</b>	<b>(2.112.673)</b>
Amortização	(6.293)	(1)	(25.418)	(31.712)
<b>Saldo em 31/03/2025</b>	<b>(1.400.794)</b>	<b>(13.005)</b>	<b>(730.586)</b>	<b>(2.144.385)</b>
<b>Valor residual líquido</b>				
Saldo em 31/03/2024	21.075	6	205.166	226.247
Saldo em 31/12/2024	29.434	4	126.112	155.550
<b>Saldo em 31/03/2025</b>	<b>25.720</b>	<b>3</b>	<b>100.694</b>	<b>126.417</b>

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias

Para o período findo em 31 de março de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

Os ativos relacionados à concessão pública são reconhecidos quando o operador recebe o direito de cobrar um valor dos usuários pelo serviço público prestado, conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão.

O critério definido para amortização do ativo intangível é com base na curva de tráfego projetada até o final do prazo de concessão, dessa forma, entende-se que a receita e a amortização do intangível estão alinhadas pelo prazo de concessão.

Os investimentos adquiridos após o prazo original da concessão estão sendo amortizados considerando o prazo de 60 meses, a partir do término do prazo do contrato de concessão original, em 28 de fevereiro de 2021. Os valores e prazos foram revisados e submetidos ao teste de recuperabilidade anualmente ou quando novas informações que possam impactar essas expectativas estiverem disponíveis.

O estudo de recuperabilidade elaborado sob responsabilidade da Administração da Companhia não indicou a existência de perda de recuperabilidade dos ativos e, dessa forma, não foi constituída provisão para perdas nesses ativos.

#### Nova Subida da Serra (NSS)

A Concer iniciou o projeto da Nova Subida da Serra (NSS) após obter autorização da ANTT, com a construção de 20 km de rodovia, incluindo a duplicação de 15 km e a construção de 5 km de túnel. Para viabilizar o projeto, foi firmado o 12º Aditivo ao contrato de concessão, com aportes financeiros definidos em três parcelas, totalizando R\$297.015, mas apenas R\$58.373 foram pagos até 2015.

Em 2017, a ANTT tentou anular parte do 12º Aditivo, mas a decisão judicial de 2019 validou a cláusula 2.4, preservando os direitos da concessionária. Em 2018, a ANTT alterou os valores dos aportes previstos, com novas datas para pagamento.

Os investimentos não previstos no Plano de Exploração de Riscos (PER) foram inicialmente contabilizados como ativo financeiro, mas, após março de 2016, devido à inadimplência do Poder Concedente, passaram a ser reconhecidos como intangível. Com decisões judiciais favoráveis, a Companhia iniciou a amortização dos investimentos, considerando um prazo de 60 meses, após o término do contrato original em 28 de fevereiro de 2021.

Os valores e prazos são revisados e submetidos ao teste de recuperabilidade anualmente ou quando novas informações que possam impactar essas expectativas estiverem disponíveis.

## COMPANHIA DE CONCESSÃO RODOVIÁRIA JUIZ DE FORA RIO - CONCR

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias  
Para o período findo em 31 de março de 2025  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 9. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos podem ser assim demonstrados:

	Saldo 31/12/2024	Garantia	Amortização Principal	Juros incorridos	Amortização Juros	31/03/2025
Banco ABC	9.678	Não há	(2.414)	282	(282)	7.264
BNDES	62.668	Fiança	(20.611)	2.295	-	44.352
<b>Total</b>	<b>72.346</b>		<b>(23.025)</b>	<b>2.577</b>	<b>(282)</b>	<b>51.616</b>
<b>Circulante</b>	<b>72.346</b>					<b>51.616</b>

  

	Saldo 31/12/2023	Garantia	Amortização principal	Juros incorridos	Amortização juros	Saldo final 31/03/2024
Signatários						
Banco ABC	19.347	Não há	(2.414)	534	(542)	16.925
Não signatários						
BNDES	36.453	Fiança	(20.300)	370	-	16.523
<b>Total</b>	<b>55.800</b>		<b>(22.714)</b>	<b>904</b>	<b>(542)</b>	<b>33.448</b>
<b>Circulante</b>	<b>55.800</b>					<b>26.207</b>
<b>Não circulante</b>	<b>-</b>					<b>7.241</b>

### Cronograma de vencimentos das parcelas

	31/03/2025
2025	51.616
<b>Total</b>	<b>51.616</b>

### BNDES

Em 07 de maio de 2015, foi celebrado o contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito no valor total de R\$ 420.000, sendo a Triunfo interveniente na operação.

O crédito foi dividido em quatro subcréditos:

Descrição	R\$	%
Subcrédito A	147.000	4,25%a. a + TJLP
Subcrédito B	63.000	4,25%a. a + TR BNDES (*)
Subcrédito C	147.000	3% a.a. + TJLP
Subcrédito D	63.000	3 %a.a. + TR BNDES (*)

(\*) 7,28% referente à data de liberação pelo UMIPCA-M (184).

## COMPANHIA DE CONCESSÃO RODOVIÁRIA JUIZ DE FORA RIO - CON CER

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias

Para o período findo em 31 de março de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

Em 23 de dezembro de 2024, a Companhia, em parceria com a Triunfo, firmou um acordo com o BNDES, no âmbito do Contrato de Financiamento e da ação de execução em andamento na 26ª Vara Federal do Rio de Janeiro ("Acordo"). A negociação resultou em um acréscimo de R\$ 62.668 no resultado contábil da Companhia, após amortizações do montante do principal e encerrou o Plano de Recuperação Extrajudicial da Triunfo e suas subsidiárias, incluindo a Concer.

No acordo, foi estabelecido que o Subcrédito B, no valor de R\$ 115.601 em dezembro de 2024, terá seu pagamento dispensado com a liquidação integral do Subcrédito A, desde que o Contrato não tenha sido declarado vencido antecipadamente.

Para amortizações do Subcrédito A, foi criada uma conta centralizadora como garantia para a operação. Serão pagos mensalmente 27% da receita ao BNDES, e o saldo restante será remunerado pela variação do IPCA + 6,66% ao ano, além de um spread de 2,0% ao ano. A amortização total está prevista para ser concluída até agosto de 2025.

### Contratos Banco ABC Brasil S.A. (ABC) - Cédula de Crédito Bancário (CCB)

Para viabilizar os recursos necessários aos investimentos da obra da NSS, a Companhia captou recursos junto ao Banco ABC.

Em 01 de julho de 2021, a Companhia efetuou primeiro aditamento de confissão de dívida para quitação do débito, em 25 parcelas acrescidas de juros remuneratórios sobre o saldo devedor e taxa efetiva de 1,2% a.a.

Em 30 de junho de 2023, a Companhia efetua o segundo aditamento de confissão de dívida para quitação do débito em parcelas mensais acrescidas de juros remuneratórios sobre o saldo devedor e taxa efetiva de 1,2% a.a.

Em 30 de janeiro de 2024, a Companhia assina o terceiro aditamento de confissão de dívida para repactuação da dívida em 24 parcelas mensais e consecutivas acrescidas de juros remuneratórios sobre o saldo devedor e taxa efetiva de 1,2% a.a.

As parcelas encontram adimplentes em 31 de março de 2025 e a amortização final está prevista para dezembro de 2025.

## COMPANHIA DE CONCESSÃO RODOVIÁRIA JUIZ DE FORA RIO - CON CER

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias  
Para o período findo em 31 de março de 2025  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 10. Transações com partes relacionadas

Os saldos e transações com partes relacionadas são compostos como segue:

#### Ativo - Contas a receber – Partes relacionadas:

	31/03/2025	31/12/2024
Consórcio Nova Subida da Serra (v)	8.697	4.513
Rio Bonito Serviços de Apoio Rodoviário	133	133
<b>Total</b>	<b>8.830</b>	<b>4.646</b>
Circulante	8.830	4.646

#### Passivo - Partes relacionadas:

	31/03/2025	31/12/2024
Triunfo (Mútuo) (i)	2.458	7.545
Triunfo (Contas a pagar) (ii)	33.959	33.588
Triunfo (Dívidas sub-rogadas) (iii)	44.992	43.622
Serviço de Reestruturação de Dívidas (iv)	6.951	6.951
Outros	761	761
<b>Total</b>	<b>89.121</b>	<b>92.467</b>
Circulante	89.121	92.467

- (i) Em 31 de março de 2017, houve contrato de mútuo firmado entre a Companhia e a acionista Triunfo no valor de R\$200 com vigência de um ano e remuneração de CDI + 7% a.a. Em 26 de dezembro de 2017, houve um novo contrato de mútuo, no valor de R\$5.000, com vigência de 60 dias e remuneração de CDI + 7% a.a. Em 01/07/2020, ambos os contratos foram encerrados e foi realizada a renovação do saldo devedor, com o pagamento até 30/06/2025, atualizado com base na variação de CDI + 0,5% a.a. Em maio de 2021, ocorreu amortização parcial do saldo devedor.
- (ii) Referem-se a reembolso de gastos da Concessionária pagos pela Triunfo, e comissões de fianças bancárias;
- (iii) Referem-se à sub-rogação dos créditos decorrentes dos pagamentos realizados no âmbito do Leilão reverso da Triunfo, e renegociados pelos montantes de R\$ 23.650 (Banco Pine), R\$ 3.491 (Banco Fibra) e R\$ 6.725 (BMG/BCV), após celebração de acordos de quitação da dívida em 30 de dezembro de 2020 (Bancos Pine e BMG/BCV), e em 20 de maio de 2021 (Banco Fibra). Em maio de 2021, ocorreu amortização parcial do saldo devedor; e
- (iv) Custo com reestruturação dos passivos financeiros da Companhia nos termos dos instrumentos pactuados com o acionista, sendo devido a Triunfo.
- (v) O Consórcio Nova Subida da Serra que é composto por empresas com acionistas em comum aos da Companhia, foi contratado para a execução de obras de contenção, recuperação, implantação de acessos e retornos ao longo de toda extensão da rodovia e para a execução da obra da Nova Subida da Serra. No contrato de implantação da “Nova Subida da Serra” estão previstos serviços de terraplenagem, pavimentação, obras de arte corrente, drenagem, sinalização, obras complementares, túnel, obras de artes especiais e obras de contenção. O preço global do contrato é de R\$ 758.422. A partir de 2024 ocorrerem adiantamentos até a celebração de um novo acordo.

COMPANHIA DE CONCESSÃO RODOVIÁRIA JUIZ DE FORA RIO - CON CER

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias

Para o período findo em 31 de março de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Impostos, taxas e contribuições

Os saldos detalhados são compostos em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024 como segue:

	31/03/2025	31/12/2024
Cofins	2.798	1.120
ISSQN	2.229	2.497
PIS	606	243
IRPJ a recolher	283	-
CSLL a recolher	104	-
Impostos retidos na fonte	650	687
Parcelamentos municipais	-	27
Parcelamentos federais e previdenciários (i)	22.318	23.138
Outros	188	185
<b>Total Impostos a recolher</b>	<b>29.176</b>	<b>27.897</b>
Circulante	13.086	10.865
Não circulante	16.090	17.032

(i) Parcelamentos federais

	31/03/2025			31/12/2024
	Circulante	Não circulante	Total	Total
Parcelamento Federal simplificado (i)				
Parcelamento Federal autor regularização (ii)	3.876	12.596	16.472	16.966
Parcelamento PGFN - Cofins	665	851	1.516	1.356
Parcelamento PGFN - PIS	2.164	2.165	4.329	4.770
	-	-	46	46
<b>Total</b>	<b>6.705</b>	<b>15.612</b>	<b>22.318</b>	<b>23.138</b>
Circulante			6.706	6.447
Não circulante			15.612	16.691

(i) Em 31 de julho de 2024, a Companhia firmou um parcelamento dos impostos federais, com prazo de 60 parcelas. Até o momento, o parcelamento está sendo cumprido de forma adimplente.

(ii) Parcelamento de autor regularização incentivada na Receita Federal compondo IRPJ e CSLL apurados nas competências de janeiro a agosto de 2023, cuja adesão ocorreu em 26/03/2024, e deferido pela Receita Federal em fevereiro de 2025. As parcelas estão sendo regularmente recolhidas.

Os vencimentos dos parcelamentos têm a seguinte distribuição em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024:

	31/03/2025	31/12/2024
2025	4.855	6.447
2026	6.473	6.236
2027	5.089	4.728
A partir de 2028	5.900	5.727
<b>Total</b>	<b>22.317</b>	<b>23.138</b>

COMPANHIA DE CONCESSÃO RODOVIÁRIA JUIZ DE FORA RIO - CON CER

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias  
Para o período findo em 31 de março de 2025  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Imposto de Renda e Contribuição Social

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a Companhia tem reconhecido imposto de renda e contribuição social diferidos, sendo apresentado no Balanço Patrimonial pelo saldo líquido:

	31/12/2024	Adições	Baixas	31/03/2025
<b>Ativo</b>				
IR e CS diferidos s/prov. Contingências	14.947	-	(1.170)	13.777
IR e CS diferidos s/ prejuízo fiscal	9.277	-	-	9.277
<b>Total ativo</b>	<b>24.224</b>	<b>-</b>	<b>(1.170)</b>	<b>23.054</b>
<b>Passivo</b>				
Sobre leasing	(184)	-	-	(184)
Sobre margem construção	(14.763)	-	3.234	(11.529)
<b>Total passivo</b>	<b>(14.947)</b>	<b>-</b>	<b>3.234</b>	<b>(11.713)</b>
<b>Diferido Líquido</b>	<b>9.277</b>	<b>-</b>	<b>2.064</b>	<b>11.341</b>

	31/12/2023	Adições	Baixas	Baixa parcelamento	31/03/2024
<b>Ativo</b>					
IR e CS diferidos s/prov. Contingências	21.990	214	-	-	22.204
IR e CS diferidos s/ prejuízo fiscal	34.241	-	-	(5.194)	29.047
<b>Total ativo</b>	<b>56.231</b>	<b>214</b>	<b>-</b>	<b>(5.194)</b>	<b>51.251</b>
<b>Passivo</b>					
Sobre leasing	(184)	-	-	-	(184)
Sobre margem construção	(27.698)	-	3.234	-	(24.464)
<b>Total passivo</b>	<b>(27.882)</b>	<b>-</b>	<b>3.234</b>	<b>-</b>	<b>(24.648)</b>
<b>Diferido Líquido</b>	<b>28.349</b>	<b>214</b>	<b>3.234</b>	<b>(5.194)</b>	<b>26.603</b>

(i) Utilização de base negativa de CS e Prejuízo fiscal para parcelamento de autor regularização incentivada na Receita Federal compondo entrada de 50% s/montante do parcelamento (Nota Explicativa nº 11).

A seguir, a expectativa de realização do IRPJ/CSLL sobre base negativa:

Ano	Valor
2025	3.037
2026	6.240
<b>Total</b>	<b>9.277</b>

## COMPANHIA DE CONCESSÃO RODOVIÁRIA JUIZ DE FORA RIO - CON CER

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias

Para o período findo em 31 de março de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### b) Imposto de Renda e Contribuição Social no resultado

A conciliação da despesa de Imposto de Renda e de Contribuição Social, calculados pela aplicação das alíquotas vigentes e os valores refletidos no resultado dos períodos em 31 de março de 2025 e 31 de março de 2024, estão demonstrados a seguir:

	31/03/2025	31/03/2024
Lucro (prejuízo) antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	(5.295)	12.197
Alíquota nominal (IRPJ de 25% e CSLL de 9%)	34%	34%
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos às alíquotas nominais	1.800	4.147
(Adições) exclusões permanentes	(9)	(5)
IRPJ/CSLL base negativa não constituído	(115)	(6.020)
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos, reconciliado	1.676	(1.878)
IRPJ e CSLL correntes	(388)	(5.326)
IRPJ e CSLL diferidos	2.064	3.448
Imposto de Renda e Contribuição Social no resultado	1.676	(1.878)
Alíquota efetiva	32%	15%

A alíquota nominal dos impostos é de 34% sobre o lucro, ajustado conforme a legislação vigente no Brasil para o regime do Lucro Real.

A partir de janeiro de 2020, a Companhia optou por não constituir IRPJ e CSLL sobre a base negativa, resultando em uma alíquota efetiva de IRPJ e CSLL para 32% sobre o resultado antes dos impostos.

### 13. Provisões para riscos judiciais

A movimentação da provisão conforme avaliados pelos consultores legais externos e pela Administração da Companhia, nos períodos findos em 31 de março de 2025 e de 2024 estão demonstradas a seguir:

	31/12/2024	Adições	Baixas	31/03/2025
Processos trabalhistas	714	-	-	714
Processos cíveis	51.073	-	(3.441)	47.632
Total	51.787	-	(3.441)	48.346
	31/12/2023	Adições	Baixas	31/03/2024
Processos trabalhistas	5.891	91	(128)	5.854
Processos cíveis	51.017	-	(116)	50.901
Processos tributários	2.373	-	-	2.373
Total	59.281	91	(244)	59.128

## COMPANHIA DE CONCESSÃO RODOVIÁRIA JUIZ DE FORA RIO - CON CER

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias

Para o período findo em 31 de março de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Não houve movimentação nos depósitos judiciais relacionados às contingências mencionadas. Abaixo está a composição dos depósitos nos períodos encerrados em 31 de março de 2025 e 2024:

	31/12/2024	Adições	Baixas	31/03/2025
Ações Cíveis (I)	1.483	-	-	1.483
Ações Tributárias	632	-	-	632
Total	2.115	-	-	2.115

  

	31/12/2023	Adições	Baixas	31/03/2024
Ações Cíveis	9.426	-	-	9.426
Ações Tributárias	632	-	-	632
Total	10.058	-	-	10.058

### Processos judiciais não provisionados

Em 24 de julho de 2018 foi publicado no Diário Oficial da União (DOU) a instauração do Processo Administrativo Ordinário nº50500.175818/2017-79, para a apuração de suposto inadimplemento contratual pela Concer. A Companhia em 18 de outubro de 2018 protocolou sua defesa junto ao Poder Concedente e tem convicção que segue cumpridora de suas obrigações contratuais, o que deverá resultar demonstrado no respectivo processo.

A causa referendada acima, que visa à decretação da caducidade do contrato de concessão PG 138/95-00 encontra com base na opinião do advogado externo classificado como causa possível em 31 de março de 2024, não sendo possível quantificar o valor do processo.

Existem ainda outras ações em que a Companhia está envolvida, avaliadas pelos seus consultores jurídicos como sendo de risco de perda possível. O montante dessas ações é de R\$ 502.236 em 31 de março de 2025 (R\$ 496.366 em 31 de dezembro de 2024), para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

As referidas avaliações estão sujeitas a revisões periódicas, podendo, portanto, ser alterada no decorrer do andamento dos processos, à vista de fatos ou eventos supervenientes, tais como mudanças de orientação jurisprudencial.

## COMPANHIA DE CONCESSÃO RODOVIÁRIA JUIZ DE FORA RIO - CON CER

### Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias

Para o período findo em 31 de março de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 14. Outras Obrigações

	31/03/2025	31/12/2024
Outras contas a pagar – Indenização (i)	9.465	-
Outras contas a pagar – Eletronet (ii)	4.125	4.125
Seguros a pagar	6.709	-
Outras contas a pagar	5.613	5.155
Total	25.912	9.280
Circulante	25.415	8.756
Não circulante	497	524

(i) Refere-se ao valor a ser pago em decorrência da ação condenatória de indenização por acidente na rodovia. O processo foi intimado em 23 de janeiro de 2025 e está em fase de negociação sobre as condições de amortização.

(ii) Refere-se ao montante decorrente de receitas acessórias com a concessionária Eletronet em formalização de aditivo contratual.

#### 15. Patrimônio líquido (Passivo a descoberto)

##### a) Capital social

O capital social está representado por ações sem valor nominal, sendo que cada ação ordinária dará direito a um voto nas deliberações em Assembleia Geral.

As ações preferenciais não têm direito a voto, mas gozam de prioridade na distribuição de dividendos e no reembolso do capital social em caso de dissolução da Companhia, salvo no caso de extinção ao término do prazo de concessão, quando a distribuição de dividendos e o reembolso do capital procederão de acordo com o total das participações acionárias.

Em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024, o capital social da Companhia é de R\$ 311.606, sendo R\$ 2.035 a integralizar.

O capital subscrito em 31 de março de 2025 está composto conforme demonstrativo:

	Ações		Total	%
	Ordinárias	Preferenciais		
Triunfo Participações e Investimentos S.A.	6.603.616	13.207.235	19.810.851	81,84
Construcap CCPS Engenharia e Com. S.A.	1.465.024	2.930.047	4.395.071	18,16
Total	8.068.640	16.137.282	24.205.922	100

## COMPANHIA DE CONCESSÃO RODOVIÁRIA JUIZ DE FORA RIO - CON CER

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias

Para o período findo em 31 de março de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

### 16. Receita operacional líquida

A receita líquida de serviços apresenta a seguinte composição:

	31/03/2025	31/03/2024
Receita de pedágio	92.538	90.318
Receitas acessórias	1.560	1.036
Receita de construção	2.579	4.924
(-) Impostos sobre serviços	(8.151)	(7.903)
Total	<u>88.526</u>	<u>88.375</u>

O volume de tráfego passante aumentou em 1,59% no primeiro trimestre de 2025 comparado ao mesmo período de 2024.

#### Receita de pedágio

As receitas de pedágio, incluindo as receitas pós-pagas, são registradas no resultado quando da passagem do usuário pela praça de pedágio.

#### Receita de construção

Pelos termos do Contrato de Concessão, a Concessionária deve construir e/ou melhorar a infraestrutura das rodovias que opera. Conforme requerido pelo ICPC01 (R1) - Contratos de Concessão, as receitas relativas ao serviço de construção prestado devem ser mensuradas e registradas pela Companhia em contrapartida ao ativo intangível de concessão. Dessa forma, a Companhia contabiliza receitas e custos relativos à construção das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços, conforme destacado nas demonstrações de resultado.

Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos Contratos são considerados para mensuração da receita.

#### Receitas acessórias

Correspondem às receitas decorrentes de contratos de permissão de uso de faixa de domínio da rodovia por terceiros e são reconhecidos mensalmente na conta de receitas acessórias na demonstração de resultado da Companhia.

#### Impostos sobre serviços

As receitas brutas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

A Companhia adota o regime cumulativo de apuração de PIS e Cofins sendo tais encargos apresentados como deduções de receita bruta juntamente com o ISS.

## COMPANHIA DE CONCESSÃO RODOVIÁRIA JUIZ DE FORA RIO - CON CER

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias

Para o período findo em 31 de março de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 17. Custos, despesas gerais e administrativas

Os custos e despesas administrativas estão apresentados por naturezas:

	31/03/2025	31/03/2024
Amortização de intangível - ativos de concessão	(31.712)	(28.112)
Conservação e manutenção de rodovias	(4.799)	(5.049)
Operação de rodovias	(8.341)	(7.539)
Construção - Ativos de concessão	(2.579)	(4.924)
Obrigações de concessão	(4.338)	(3.904)
Gastos subsídio KM 81	(412)	(621)
Projetos especiais	(777)	(811)
Custos associados as receitas acessórias	-	(30)
Pessoal	(11.128)	(11.202)
Remuneração dos Administradores	(986)	(951)
Depreciação	(243)	(245)
Honorários advocatícios	(9.745)	(8.686)
Outros serviços prestados por terceiros	(2.174)	(1.430)
Outros	(8.092)	(1.937)
<b>Total</b>	<b>(85.326)</b>	<b>(75.441)</b>
Custos e serviços prestados	(61.206)	(59.765)
Despesas operacionais	(24.120)	(15.676)

### 18. Resultado financeiro, líquido

O resultado financeiro líquido, em 31 de março de 2025 e de 2024, está assim composto:

	31/03/2025	31/03/2024
Receitas financeiras		
Juros ativos	1	6
Outras receitas financeiras	88	1
<b>Total</b>	<b>89</b>	<b>7</b>
Despesas financeiras		
Juros mútuo e financiamentos	(4.139)	864
Corretagem (BNDES)	(2.610)	-
Juros sobre obrigações	(1.064)	(561)
Comissões e fianças	(527)	(496)
Outras despesas financeiras	(243)	(551)
<b>Total</b>	<b>(8.583)</b>	<b>(744)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(8.494)</b>	<b>(737)</b>

### 19. Remuneração dos Administradores

A remuneração dos Administradores, em 31 de março de 2025 e 2024, está assim composta:

	31/03/2025	31/03/2024
Pró-labore	514	507
Encargos sociais	12	12
Benefícios diretos e indiretos	123	114
Participações nos resultados	337	318
<b>Total</b>	<b>986</b>	<b>951</b>

## COMPANHIA DE CONCESSÃO RODOVIÁRIA JUIZ DE FORA RIO - CON CER

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias

Para o período findo em 31 de março de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

### 20. Cobertura de seguros

A Companhia, em consonância as suas obrigações contratuais, mantém atualizado seu programa de seguros conforme demonstra-se em seguida:

Marcos contratuais	Valor da Importância segurada	Prazo de vigência
Risco patrimonial – veículo	100% da tabela FIPE (i)	Mar/2024 a mar/2026
Riscos Patrimoniais, operacional	R\$ 16.000	Fev/2024 a fev/2026
Responsabilidade civil geral	R\$ 20.000	Fev/2024 a fev/2026
Responsabilidade de Garantia	R\$ 41.814	Mar/2025 a mar/2026
Responsabilidade D&O	R\$ 25.000	Fev/2025 a fev/2026
Risco de Engenharia	R\$ 17.026	Fev/2025 a nov/2025
Outros	R\$ 1.635	Nov/2024 a nov/2025

(i) Preço médio de reposição, calculado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE.

### 21. Compromissos da concessão

De acordo com o programa nacional de concessão de rodovias, a Concer assumiu a rodovia com a previsão de realizar significativos investimentos e custos operacionais.

O Programa de Exploração da Rodovia (PER) que engloba parcialmente a NSS prevê investimentos e custos operacionais anuais. Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 01, a Companhia continua com suas atividades operacionais conforme liminares concedidas para reequilíbrio econômico do contrato.

Adicionalmente, ficou estabelecido mediante decisão judicial, a suspensão da Agência impor penalidades administrativas e contratuais atreladas a obrigações de investimentos até nova deliberação do juízo.

### 22. Objetivo e políticas para gestão de risco financeiro

A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com a finalidade para qual foram adquiridos, e determina a classificação no reconhecimento inicial conforme as seguintes categorias:

#### Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

#### Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos que não satisfazemos critérios para a contabilização de *hedge*. São apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado. Em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024 não há saldo de ativos financeiros a valor justo.

#### Recebíveis

São ativos financeiros não derivativos, com recebimentos fixos ou determináveis, que não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivo, menos perda por redução ao valor recuperável. Em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024 esses ativos estão basicamente representados pelo saldo de contas a receber de clientes.

#### Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos. Em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024, são representados pelos saldos demonstrados nas rubricas de empréstimos e financiamentos e debentures.

#### a) Análise dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Companhia são apresentados de acordo com os pronunciamentos técnicos CPC 48 - Instrumentos Financeiros (Reconhecimento e Mensuração), CPC 39 - Instrumentos Financeiros (Apresentação) e CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros (Evidenciação).

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo:

- (i) Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos; e

## COMPANHIA DE CONCESSÃO RODOVIÁRIA JUIZ DE FORA RIO - CON CER

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias

Para o período findo em 31 de março de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (ii) Empréstimos e financiamentos - São classificados como mensurados pelo custo amortizado e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, acrescidos dos juros auferidos até a data de encerramento das informações contábeis intermediárias e do balanço. Os valores de mercado destes empréstimos e financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis.

### b) Análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

Com o objetivo de analisar a sensibilidade dos indexadores nas dívidas às quais a Companhia está exposta na data-base de 31 de março de 2025, foram definidos três cenários distintos. A partir dos valores da TJLP e CDI vigentes nessa data, foram elaborados os cenários prováveis com as taxas aplicáveis em 2025, considerando variações positivas de 25% e 50%.

Em cada cenário, foi calculada a despesa financeira bruta, desconsiderando a incidência de tributos, bem como o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2025. A data-base utilizada para os financiamentos foi 31 de março de 2025, com a projeção dos índices para o período de um ano, permitindo a análise da sensibilidade em cada cenário.

Operação	Risco	Cenário		
		Provável (I)	Cenário (II)	Cenário (III)
Banco ABC do Brasil	CDI	1.028	1.285	1.542
BNDES	TJLP	3.836	4.796	5.755
Total		<u>4.864</u>	<u>6.081</u>	<u>7.297</u>
Taxa/Índice sujeitos às variações	CDI	14,15%	17,69%	21,23%
Taxa/Índice sujeitos às variações	TJLP	8,65%	10,81%	12,98%

### Análise de riscos

#### Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é monitorado diariamente pelas áreas de Gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia.

#### Risco de crédito

O faturamento da Companhia é proveniente de cobrança de tarifas de pedágio, com recebimento à vista, pagamentos antecipados e a receber em no máximo 30 dias, provenientes de cobrança automática, havendo assim o risco pequeno.

#### Risco de mercado

O desenvolvimento do preço do petróleo, com efeito diretamente relacionado no valor do asfalto, pode ser citado como um fator externo que seria capaz de prejudicar o desempenho da Companhia. A atividade da Companhia goza de um risco estrutural intrínseco ao negócio, passível de influências da economia brasileira.

#### Risco de taxas de juros e inflação

Esse risco advém de a possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as suas despesas financeiras relativas a Empréstimos e financiamentos, ou reduzir o ganho com suas aplicações financeiras. A Companhia monitora continuamente a volatilidade das taxas de mercado.

#### Risco de preço e valor de mercado

A presente estrutura tarifária cobrada nas 3 (três) praças de pedágio é regulada pelo Poder Concedente (ANTT) que permite manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

#### Risco regulatório

As atividades da Companhia, assim como de suas concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANTT. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

Quanto a eventos provocados pela natureza, entendemos que o trajeto da rodovia, apresenta riscos ao andamento dos trabalhos de reforma e ampliação. Importa ressaltar, por outro lado, que a Companhia se encontra coberta com apólice de seguros para todos os efeitos.

A geração de caixa futura da Companhia demonstra ser compatível com a necessidade de investimentos previstos no PER. Consideramos que a Companhia tem a efetiva capacidade de honrar seus compromissos de investimentos previstos.

#### Gestão de capital

A Companhia controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ajustada esta estrutura, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, captação de novos empréstimos, emissão de Notas Promissórias.

## COMPANHIA DE CONCESSÃO RODOVIÁRIA JUIZ DE FORA RIO - CON CER

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias

Para o período findo em 31 de março de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos e financiamentos líquidos de caixa e equivalentes de caixa:

	31/03/2025	31/12/2024
Dívidas totais (Notas Explicativas nº 7 e nº 8 parciais)	96.608	115.968
(-) Caixas, bloqueio judicial e equivalentes de caixa	(10.135)	(2.747)
Dívida líquida	86.473	113.221
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	(83.944)	(80.326)
Total do capital	2.529	32.895
Índice de alavancagem financeira	3420%	344%

### 23. Eventos subsequentes

Em 30 de abril de 2025, foi realizado o leilão para concessão do trecho da rodovia BR-040, operado pela Companhia, e do trecho da BR-495. Conduzido pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), em parceria com o Ministério dos Transportes, tendo como vencedor o Consórcio Nova Estrada Real, formado pelas empresas Construcap CCPS Engenharia e Comércio S.A., Sociedad Anónima de Servicios Copasa e OHL Concesiones S.L.

\*\*\*